

O MERCOSUL enquanto meio para alcançar autonomia: o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães¹

MERCOSUR as a means to reach autonomy: the thought of Samuel Pinheiro Guimarães

MARCELA FRANZONI | marcela.franzoni@unesp.br | Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e do Ibmec-SP. Doutora e mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), São Paulo. Pesquisadora do Observatório de Regionalismo (ODR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7280-3318>.

LUAN OLLIVEIRA PESSOA | luan.op@outlook.com | Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA), Salvador, Bahia. Pesquisador do Observatório de Regionalismo (ODR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9595-1324>.

VICTOR FERREIRA DE ALMEIDA | victordalmeida@gmail.com | Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (PPGCPRI-UFPB), João Pessoa, Paraíba. Pesquisador do Observatório de Regionalismo (ODR). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6879-2184>.

Recebimento do artigo Julho de 2024 Aceite Setembro de 2024

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a importância do Mercosul como eixo de autonomia da política externa brasileira no século XXI a partir das contribuições de Samuel Pinheiro Guimarães como parte do pensamento autonomista. Argumentamos que o Mercosul perdeu espaço no comércio exterior do Brasil nas últimas duas décadas. No entanto, o bloco segue sendo um mecanismo de alcance de autonomia para o Brasil devido ao seu potencial de contrapeso em relação às potências extra-regionais e à pauta de exportação brasileira composta majoritariamente por produtos manufaturados, diferentemente do que ocorre no comércio com a China e a União Europeia, por exemplo. A partir da revisão bibliográfica de obras suas e da teoria da autonomia, o pensamento de Guimarães pode ser contextualizado, com destaque à sua concepção de integração regional. O levantamento de dados do comércio exterior do Brasil e do Mercosul completa a metodologia a fim de analisá-los à luz da perspectiva teórica apresentada no artigo.

Palavras-chave: Samuel Pinheiro Guimarães; Mercosul; autonomia; integração regional; comércio exterior.

Abstract: The aim of article is to analyze the importance of Mercosur as an axis of autonomy for Brazilian foreign policy in the 21st century based on the contributions of Samuel Pinheiro Guimarães as part of autonomist thought. We argue that Mercosur has lost space in Brazil's foreign trade in the last two decades. However, the bloc continues to be a mechanism for achieving autonomy for Brazil due to its potential as a counterweight in relation to extra-regional powers and the Brazilian export basket made up mostly of manufactured products, unlike what occurs in relations

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E agradecemos a Davi Antonino Guimarães pela leitura e elaboração de comentários a respeito de uma versão anterior do presente trabalho.

with China. and the European Union, for example. Based on the bibliographical review of his works and the theory of autonomy, Guimarães' thought can be contextualized, with emphasis on his conception of regional integration. The collection of foreign trade data from Brazil and Mercosur completes the methodology in order to analyze them in light of the theoretical perspective presented in the article.

Keywords: Samuel Pinheiro Guimarães; Mercosur; autonomy theory; regional integration; foreign trade.

1. INTRODUÇÃO

A teoria social latino-americana é vasta e a sua teoria da autonomia contribuiu com uma reinterpretação crítica da estrutura do sistema internacional e com a proposição de meios para a superação da condição dependente nessa estrutura hierárquica. O pensamento diplomático brasileiro contemporâneo produziu duas correntes: a institucionalista pragmática de matriz liberal e a autonomista de matriz nacionalista (Saraiva, 2010; Vigevani; Ramanzini Júnior, 2010). Samuel Pinheiro Guimarães foi um dos formuladores da política externa autonomista dos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-2010) e produziu contribuições para a elaboração teórica da escola da autonomia, contribuição reconhecida pelo próprio Hélio Jaguaribe (2002), um de seus fundadores.

O objetivo do trabalho é discutir a importância do Mercado Comum do Sul (Mercosul) como eixo de autonomia da política externa brasileira no século XXI a partir das contribuições de Samuel Pinheiro Guimarães e dos teóricos da autonomia. Argumentamos que apesar de o Mercosul ter perdido espaço no comércio exterior do Brasil nas últimas duas décadas, o bloco é um mecanismo de alcance de autonomia por parte da política externa brasileira. A análise dos dados comerciais nos permite afirmar que o Mercosul é um importante destino dos produtos manufaturados brasileiros, enquanto as relações comerciais com a China e a União Europeia concentram-se majoritariamente nos produtos primários, como soja, café e petróleo.

O tema do trabalho se justifica devido à importância do Mercosul para o comércio exterior do Brasil - 3º maior sócio comercial depois da China e dos Estados Unidos, além das fortes relações políticas, sociais e culturais entre os membros. Do ponto de vista do referencial teórico, as contribuições da Escola da Autonomia ofereceram uma perspectiva crítica para entender a condição periférica dos países latino-americanos, seus contrangimentos estruturais e as possibilidades de superação da dependência. Samuel Pinheiro Guimarães utilizou-se da perspectiva da autonomia para discutir os desafios enfrentados pelos países periféricos no século XXI. Nesse sentido, a originalidade do artigo é analisar a importância do Mercosul para a política externa brasileira à luz das contribuições de Samuel Pinheiro Guimarães (2002; 2006; 2012; 2013) sobre integração regional. O artigo também apresenta uma série de dados primários que contribuem para entender os desafios enfrentados pelo bloco na atualidade a partir do quadro teórico proposto.

O artigo adota metodologia qualitativa. Além da revisão de literatura narrativa, utilizamos os dados de comércio exterior do Brasil disponíveis na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), especificamente o volume das exportações e importações, participação percentual dos países no comércio exterior do Brasil e os principais produtos exportados e importados pelo Brasil para o Mercosul. Adicionalmente, de forma a estabelecer comparações com o comércio Brasil-Mercosul, foram sistematizados os principais produtos exportados para a China, os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE).

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções. Na seção 1, discutimos o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães, trazendo suas principais contribuições para a área de Relações Internacionais. Na seção 2, apresentamos as perspectivas teóricas de Juan Carlos Puig e de Hélio Jaguaribe, além de identificar as sinergias da perspectiva da autonomia com os escritos de Guimarães. Na terceira seção, sistematizamos os dados de comércio exterior entre o Brasil e o Mercosul e analisamos os dados à luz da perspectiva teórica apresentada no artigo. Por fim, seguem as conclusões.

2. O PENSAMENTO AUTONOMISTA E SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

2.1. Teoria da autonomia

A teoria social latino-americana é ampla — a despeito da geopolítica do conhecimento — e sua teoria da autonomia contribuiu com a distinção entre soberania e autonomia (Perrotta, 2018). Tal teoria foi desenvolvida por volta da década de 1970 na América do Sul, por Juan Carlos Puig, diplomata argentino, e por Hélio Jaguaribe, membro do Instituto Superior

de Estudos Brasileiros. A teoria da autonomia é geralmente entendida como um “modelo híbrido que surgiu da mistura de fragmentos de teorias dos Estados Unidos e da América Latina” (Tickner, 2015, p. 78, tradução nossa)², porém concordamos com Miguez (2021) que propõe interpretar a doutrina da autonomia como uma teoria crítica, no sentido de Robert Cox, a partir de uma reinterpretação da formação das sociedades periféricas e da estrutura do sistema internacional e ao propor meios para questionar o *status quo* doméstico e internacional.

No prefácio do livro *Quinhentos anos de periferia*, Jaguaribe (2002) reconhece que Guimarães analisa o sistema internacional dentro do quadro teórico autonomista, produzindo um estudo que demonstra meios para os “grandes Estados periféricos” escaparem da condição da dependência. Acompanhando Puig (1980; 1986) e Jaguaribe (1979; 2017), na análise de Guimarães (2013) a estrutura do sistema internacional foi historicamente construída sob a forma hierárquica de impérios³. Para o diplomata brasileiro, o novo e único sistema imperial vigente no pós-Guerra Fria engloba sob seu poder e sua influência todos os outros países de forma subordinada ou privilegiada, exceto União Europeia (UE), Rússia, Índia e China, que dispõem de autonomia. “Um dos instrumentos de construção do império foi a criação de estruturas hegemônicas internacionais de poder, em cujo centro colocaram-se os Estados Unidos” (Guimarães, 2013, p. 46). Em sua análise, as estruturas hegemônicas são formadas por Estados, organizações internacionais, empresas multinacionais, organizações não-governamentais internacionais e redes que interligam os atores do sistema (Guimarães, 2002; 2013). E o que é autonomia? Segundo Jaguaribe:

Autonomia [...] significa, a nível nacional e regional, tanto a disponibilidade de condições que permitam livremente a tomada de decisões por pessoas e agências representativas do próprio sistema, como a resolução deliberada para colocar tais condições em prática (Jaguaribe, 2017, p. 67, tradução nossa)⁴.

É nesse sentido que a escola da “autonomia sem adjetivos” entende o conceito, como uma condição, como um lugar na estrutura do sistema internacional que é oposto ao lugar da dependência, e como a vontade de alcançar essa condição, não como margem de barganha (Guimarães, 2002; Pinheiro; Lima, 2018; Miguez, 2021). Seja a escola da autonomia com adjetivos ou a sem, há um consenso quase geral entre elas que tratamos de um conceito político, não de um conceito jurídico (Granato, 2014; Pinheiro; Lima, 2018; Miguez, 2021; Vigevani; Cepaluni, 2011). Uma condição na estrutura hierárquica do sistema internacional em que os seus efeitos adversos são abrandados. Ou seja, autonomia não é sinônimo de soberania, pois a “procura pela autonomia [...] implica a superação da condição de dependência, não necessariamente alcançando a autossuficiência ou a autarquia como tem sido frequentemente interpretado na literatura atual sobre ‘a busca pela autonomia’” (Pinheiro; Lima, 2018, p. 6, tradução nossa)⁵. Decorre que é possível conceder soberania e alcançar autonomia por meio de um processo de integração regional que aumente a viabilidade nacional, a permissibilidade internacional e a autonomia técnico-empresarial que juntos causariam a superação da condição dependente na estrutura do sistema internacional.

O conceito de autonomia remete a algo já dado, garantido, logo, fora do cálculo das grandes potências, ex-metrópoles coloniais. Por outro lado, muitas vezes, é objetivado intensamente por países periféricos e subdesenvolvidos, uma vez conquistada sua independência política (soberania). Assim, o conceito de autonomia está ligado a, pelo menos, dois pontos de partida. Num deles, os países pequenos (periféricos e subdesenvolvidos) têm alguma capacidade de agência, inclusive de acatar direcionamentos dos países centrais (grandes potências) por conveniência. Noutro, a busca por uma estratégia de superação do subdesenvolvimento confronta a resignação.

“Em termos estruturais, o acesso à autonomia depende de duas condições básicas: viabilidade nacional e permissibilidade internacional” (Jaguaribe, 1979, p. 96, tradução nossa)⁶. Viabilidade nacional é um conceito relativo que varia conforme o contexto histórico e as condições socioculturais domésticas, depende de um mínimo de recursos humanos e naturais e de uma posição favorável na divisão internacional do trabalho. Por sua vez, permissibilidade internacional

² Texto original: “*hybrid model that emerged from mixing bits and pieces of U.S. and Latin American theories*”.

³ Segundo Guimarães (2013, p. 11), “O imperialismo é uma atividade contínua que visa aumentar o poder político e militar de um Estado e o bem-estar econômico das classes hegemônicas de sua sociedade”. Esse é conceito pluralista, com influências de Hans Morgenthau, Vladimir Lênin e Giovanni Arrighi. Também esclarece que o imperialismo necessariamente envolve o uso de coerção, ameaça ou uso da força. Apenas influência não caracteriza essa política.

⁴ Texto original: “*Autonomía [...] significa, en el nivel nacional y regional, tanto la disponibilidad de condiciones que permitan libremente la toma de decisiones hecha por personas y agencias representativas del propio sistema, cuanto la resolución deliberada de poner en ejercicio tales condiciones*”.

⁵ Texto original: “[...] *the search for autonomy [...] implies overcoming the condition of dependency, not necessarily attaining self-sufficiency or autarchy as it has often been interpreted in the current literature on ‘the pursuit of autonomy’*”.

⁶ Texto original: “*En términos estructurales, el acceso a la autonomía depende de dos condiciones básicas: la viabilidad nacional y la permisibilidad internacional*”.

significa a margem em que um Estado tem condições de neutralizar riscos vindos de terceiros Estados, ou das estruturas hegemônicas na formulação de Guimarães (2002; 2013), com capacidades de impor formas de coerção contra o primeiro. Essa condição possui uma dimensão interna, as capacidades econômico-militares, e uma dimensão externa, a formação de alianças defensivas e o que Puig (1980) chama de solidariedade estratégica com outros Estados comprometidos com a busca da autonomia.

Por fim, além das condições estruturais, os teóricos autonomistas também consideram condições dinâmicas. Dentre as quais Jaguaribe (1979), Puig (1980) e Guimarães (2002) recomendam o caminho da autonomia técnico-empresarial⁷ que envolve um modelo de desenvolvimento com participação ativa do Estado; um bloco entre as classes governante, burguesa e trabalhadora; elites domésticas “funcionais”; e integração regional. A respeito da integração regional, é possível afirmar que, para a teoria da autonomia, tratamos de um processo que deve ser multidimensional. Puig (1986) propôs o que chamou de “integração solidária”, que ofertaria segurança coletiva regional, solução pacífica de controvérsias e integração da infraestrutura regional para atenuar as assimetrias. Por sua vez, Jaguaribe (2017) propôs um processo que aumentasse o acesso a recursos naturais e humanos, ampliando os mercados acessíveis e aumentando a escala de produção e o nível de produtividade.

Em resumo, falando do lugar periférico, teóricos autonomistas afirmam que a estrutura do sistema internacional é predominantemente hierárquica, com relações de cooperação e competição entre as grandes potências e com as potências e regiões autônomas, e de dominação e dependência entre o centro e a periferia do sistema internacional. E definem que a estratificação do sistema internacional é estruturada por extremas assimetrias de poder militar, político, econômico e ideacional. A partir da reconstrução da teoria da autonomia formulada por Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig, com contribuição posterior de Samuel Pinheiro Guimarães, é possível afirmar que as variáveis independentes que possuem impacto sobre o lugar de um Estado, ou de uma região, na estrutura do sistema internacional são: viabilidade nacional, permissibilidade internacional, autonomia técnico-empresarial, relações favoráveis com o centro imperial e “independência militar”.

2.2. O pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães

A partir de fatores internos e internacionais da década de 1990, o pensamento contemporâneo para a inserção internacional brasileira se formou em duas correntes: a institucionalista pragmática (ou “liberal”) e a “autonomista” (nacionalista ou nacional-desenvolvimentista) (Saraiva, 2010; Vigevani; Ramanzini Júnior, 2010). Contudo, ambas partem do conceito de autonomia, tanto que a primeira a matizou na forma da “autonomia pela participação” (ou pela integração), enquanto a segunda, na “autonomia pela diversificação”. Nesse cenário, Samuel Pinheiro Guimarães posiciona-se justamente como um dos formuladores da política externa dos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), portanto, uma figura de destaque do grupo “autonomista”.

Guimarães (2006) justamente abordou a autonomia no contexto do início do século XXI, enquanto Jaguaribe e Puig haviam iniciado as formulações teóricas sobre autonomia no contexto bipolar da Guerra Fria. Justamente em função das mudanças na década de 1990, a discussão seguiu com novas versões sobre o conceito de autonomia (Briceño-Ruiz, 2014), por exemplo, as especificações da escola da autonomia com adjetivos. Guimarães teorizou nesse contexto, expondo a disputa entre a ação e a resignação e mobilizando a lógica autonomista para “estratégias de superação do subdesenvolvimento e da dependência” (Guimarães, 2006, p. 349) no século XXI.

Sua análise sobre política externa e internacional não esqueceu a dimensão doméstica brasileira. Ao mesmo tempo, apontou para a desimportância (excluindo questões imediatas) a que chegaram no fim do século XX a política externa e a política internacional no debate político doméstico brasileiro. Longe de ser um apontamento solitário (Vigevani; Ramanzini Júnior, 2010), ele argumentou contra a marginalidade dessas políticas por terem “importância decisiva para os destinos da sociedade brasileira” (Guimarães, 2006, p. 339). E ainda destacou a América do Sul e a integração regional como fundamentais para a autonomia e conseqüentemente para a superação da dependência e subdesenvolvimento.

Enquanto Puig demonstrou uma tensão entre anarquia e hierarquia e Jaguaribe, a estratificação como características do sistema internacional da Guerra Fria, o diagnóstico de Guimarães (2006, p. 421) apresentou a “multipolaridade

⁷ Dentre as outras condições dinâmicas que Jaguaribe (1979, p. 97; 2017, p. 77) não recomenda, estão “b) compensatoriamente, logran disponer de condiciones favorables en sus relaciones con el centro imperial, en especial por identificaciones de orden étnico-cultural” (Jaguaribe, 1973, p. 128 *apud* Briceño-Ruiz; Simonoff, 2017, p. 74) e a c) “independência militar”. Em nossa interpretação, Guimarães (2002, p. 135-141) acompanha essa avaliação ao elaborar seus objetivos estratégicos para os “grandes Estados periféricos”, apesar de conceder relativa validade ao caminho das relações privilegiadas com o centro imperial.

evolutiva” em processo no sistema internacional ao longo do século XXI — visão que foi compartilhada com Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia (Pessoa, 2020) e se distinguiu da visão de um concerto internacional em torno de regimes e valores globais, do grupo institucionalista pragmático (Saraiva, 2020). Assim, trata-se de um futuro de turbulência (p. 375), um “mundo instável, violento e arbitrário” (Guimarães, 2006, p. 406) e um “sistema de natureza conflitiva, competitiva e violenta” (Guimarães, 2006, p. 420).

“Em um mundo multipolar em crise, com grande deslocamento de poder, não é do interesse de nenhum bloco ou de nenhuma grande potência a constituição ou o fortalecimento de um novo bloco de Estados, em especial se forem periféricos” (Guimarães, 2012, p. 9). A essa visão soma seu alerta de que as políticas estadunidenses, europeias e chinesas para enfrentar a crise econômica global contribuem para a desindustrialização e para erodir os vínculos comerciais entre os Estados sul-americanos, estimulando a nossa economia primário-exportadora.

Em particular, salienta “a tradicional estratégia norte-americana, com seu objetivo permanente de integrar economicamente as Américas e de incluir definitivamente toda a região em sua área de influência política” (Guimarães, 2013, p. 112). Essa estratégia possui táticas globais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), regionais e bilaterais com acordos de livre-comércio que na América remontam à proposta original de uma área de livre comércio nas Conferências Pan-Americanas. A reprodução das dinâmicas do capitalismo dependente com a China, em que assumimos o papel de exportadores de produtos agrícolas e minerais e de importadores de produtos industriais, também é apresentada como uma ameaça ao processo de integração. Acordos de livre comércio com essas grandes potências e regiões industrializadas levam “à desindustrialização e à desnacionalização dos países sul-americanos que os celebram, a baixas taxas de crescimento econômico, à dependência tecnológica, ao desequilíbrio das contas externas e ao agravamento das disparidades sociais [...]” (Guimarães, 2013, p. 113).

Com isso, contestou as perspectivas de mundo positivo, pacífico, com desarmamento e abertura aos fluxos econômicos, nações comerciantes, movimento de ciência e tecnologia. Então, se se trata de um mundo conflituoso, multipolar nos planos político, militar e econômico, percebia duas rotas: ou se caminha em direção à subordinação ou absorção pelos EUA e a ser sub-região de seu polo no sistema internacional; ou se prima pela aliança brasileiro-argentina, com coordenação e cooperação política e econômica e capacidade militar para a América do Sul tornar-se um dos polos desse sistema multipolar.

Essa diferença de perspectivas não é totalmente recente na política brasileira ou especificamente na política externa brasileira, tampouco na América Latina, como bem traduz a ideia do “pêndulo latino-americano” entre a inserção internacional autônoma e a subordinada (Paikin, 2022). Ao mostrar a diferença de perspectivas no debate, fica perceptível a capacidade de agência dos países pequenos (até para serem coniventes). Também fica claro que, tal como apresentado por Guimarães, o condomínio hegemônico dos países centrais depende da projeção de certa imagem para cooptar elites periféricas a cooperar para um “mundo melhor”. Isto é, a serem coniventes às suas políticas e perceberem contentamento com a posição subordinada, mesmo diante de “construções jurídicas extremamente assimétricas” (Guimarães, 2006, p. 349).

Em termos de sua sociologia das relações internacionais, é possível afirmar que reconhece que por meio da criação de organizações internacionais é formada uma “hierarquia organizacional” (Estre, 2019), em que os Estados mais poderosos atuam de forma coordenada para que acordos que representam seus interesses sejam aceitos por todos os membros como interesses da “comunidade internacional”, o que abre pequena margem de agência para pequenos e médios Estados, e atuam contra organizações e funcionários públicos internacionais que contrariam esses interesses. Para ele, organizações internacionais são formadas por Estados soberanos com o principal objetivo de serem foros de interlocução e de solução pacífica de controvérsias, com o segundo objetivo de formular normas para as relações entre membros e com não-membros, facilitado pela redução de custos de transação, ampliação do horizonte das expectativas e promoção da fiscalização das normas (Guimarães, 2013). Além disso, considera ser “[...] impossível aceitar a ilusão de que seus dirigentes, após serem designados, se tornariam ‘neutros’ e ‘imparciais’, perdendo a sua nacionalidade e a sua visão do mundo” (Guimarães, 2002, p. 129).

Assim, com políticas externas isoladas ou contraditórias, Brasil e Argentina não terão efetividade e competirão por influência. Além disso, há insuficiência de cada um dos mercados isolados (com consequências para a ineficiência econômica) para uma inserção internacional competitiva economicamente. Esses são dois argumentos diretos de Guimarães para que a busca por autonomia seja feita de forma conjunta na América do Sul. Assim, a integração regional e, principalmente, o Mercosul torna-se “instrumento” para a autonomia, união política e constituição de polo sul-americano (Guimarães, 2006, p. 406). Especificamente, estabeleceu que “o objetivo mais urgente e importante da política de integração e de desenvolvimento da América do Sul é acelerar a incorporação da Bolívia, do Equador, da Guiana e do Suriname no Mercosul [...]” (Guimarães, 2013, p. 113).

Contudo, não é qualquer tipo de integração regional que Guimarães defendeu ou que promove a autonomia. Para a “superação do subdesenvolvimento nacional e regional” e consecução do “ideal sul-americano de justiça, democracia e prosperidade” (Guimarães, 2006, p. 365), a integração regional deve se tornar parte de um “projeto conjunto de desenvolvimento econômico, político e social” (Guimarães, 2006, p. 372). Para ele, é fundamental que a política externa brasileira atue para conformar uma política industrial regional e também em matéria de serviços, que inclua compensações a setores afetados pelo processo⁸.

Principalmente em discordância com ditos “economistas multilaterais liberais”, Guimarães apresentou sua própria concepção de integração regional. Esta, além de estar associada à autonomia, não é linear no campo econômico, pois percebe que a integração econômica regional também pode gerar tensões e desinteresse contra si (Guimarães, 2006, p. 377). Dessa maneira, confrontou concepções de desintegração regional como algo apartado da integração regional (Malamud, 2020) e as perspectivas liberais que reduzem o processo à criação de território econômico único (Guimarães, 2006, p. 382). Da mesma forma, contestou perspectivas de superestimação das instituições (soluções meramente institucionais) ou propostas de coordenação no longo prazo, uma vez que a realidade sul-americana de periferia, subdesenvolvimento e dependência implica vulnerabilidade ao exterior e desafios recorrentes à continuidade de ações.

Suas propostas baseiam-se na existência recíproca de atividades econômicas e políticas (Guimarães, 2006, p. 426), como também prezam pela realização do potencial nacional e pela superação das vulnerabilidades externas. Sendo a integração regional um mecanismo para essa superação da condição periférica de forma conjunta, preocupam-se centralmente com as tensões e desinteresses gerados pela integração regional entre Estados desiguais entre si e internamente. Embora o Mercosul possa seguir existindo (sob outras concepções de integração regional), sua atenção e prioridade com esse mecanismo de superação é em tornar sua sobrevivência não mais claudicante em termos de defesa e promoção de interesses e sim exitosas a partir do estabelecimento de “políticas ativas compensatórias e de uma política industrial e de serviços comum” (Guimarães, 2006, p. 384).

3. O MERCOSUL NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

A seção analisa os dados do comércio exterior do Brasil com o Mercosul entre 2000 e 2023. Para isso, utilizamos os dados do volume das exportações e importações do Brasil com os membros do bloco, a participação dos países no total do comércio brasileiro e, por fim, apresentamos dados sobre o volume de comércio com a China, os Estados Unidos e a União Europeia de forma a estabelecer uma comparação entre os maiores parceiros comerciais brasileiros. Por fim, discutimos os principais produtos exportados pelo Brasil para o Mercosul, assim como os principais exportados entre o Mercosul e sócios extrazona.

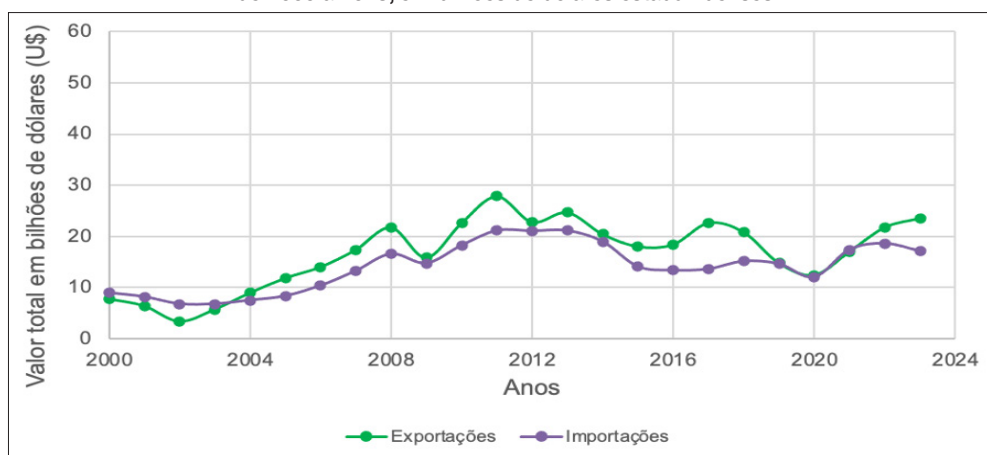
3.1. O comércio exterior Mercosul-Brasil

As iniciativas de integração regional podem ser entendidas como mecanismos dispostos a incrementar a autonomia do Brasil no sistema internacional. Especificamente no caso do Mercosul, o bloco se justifica devido às questões de proximidade histórica e cultural com os países sul-americanos, além de permitir a construção de mecanismos de diálogo em temas comuns, com os quais o Brasil possui uma relação significativamente mais simétrica e equilibrada se comparado às grandes potências como EUA, UE e a própria China. Além disso, do ponto de vista interno, o Brasil é o país mais industrializado da região, tornando o Mercosul um dos principais destinos de exportação de produtos de maior valor agregado e ponto de saída para empresas brasileiras que buscam ampliar investimentos no exterior.

Na primeira década de existência do Mercosul, cresceu o comércio intra-industrial entre os países, sobretudo de bens de capital e de bens de consumo duráveis (Andrade; Bittencourt, 2021). Os Gráficos 1 e 2 mostram os dados do comércio exterior do Brasil com o Mercosul entre 2000 e 2023.

⁸ A política de compensação é necessária tanto pelas assimetrias entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, como também pela própria dinâmica não linear da concepção de Guimarães (2006) de integração regional e em resposta ao argumento de que a integração do Mercosul resultaria em desintegração interna de Argentina e Brasil (em função das disparidades entre as regiões desses países serem ainda graves).

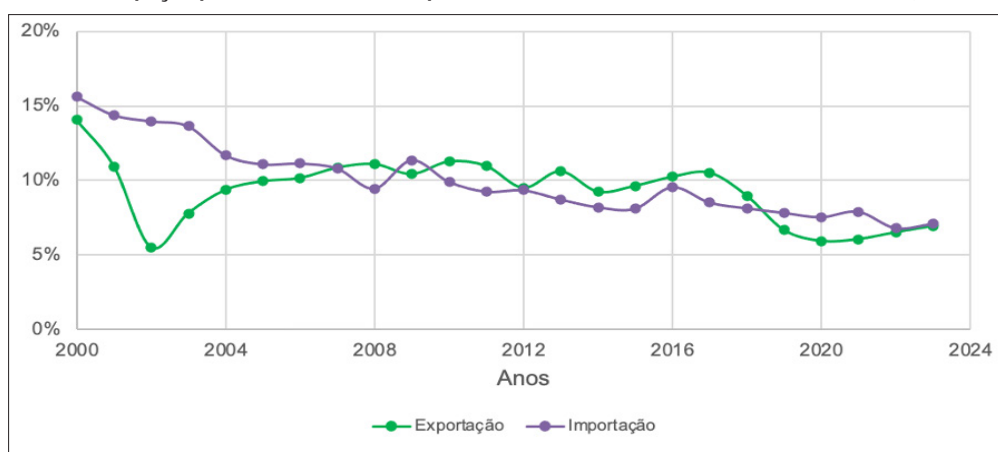
Gráfico 1 — Comércio entre o Brasil e demais países do Mercosul, de 2000 a 2023, em bilhões de dólares estadunidenses



Fonte: elaboração própria com base nos dados de MDIC (2024).

O Gráfico 1 mostra a evolução do comércio exterior do Brasil com o Mercosul no século XXI. É possível observar que o intercâmbio comercial brasileiro com os países do bloco aumentou consideravelmente entre 2000 e 2008, mais do que dobrando o valor total das exportações. No entanto, a partir de 2011, o volume total das exportações e importações brasileiras para o Mercosul diminuiu e, a partir de 2012, manteve-se estagnado, indicando que o comércio intra-bloco perdeu dinamismo. Apesar de o comércio Brasil-Mercosul ter voltado a aumentar depois da pandemia da COVID-19, os indicadores não voltaram ao patamar anterior. Os dados do Gráfico 1 se complementam com os do Gráfico 2, que mostra a participação do Mercosul no comércio exterior do Brasil no mesmo período.

Gráfico 2 — Participação percentual dos demais países do Mercosul no comércio exterior do Brasil, de 2000 a 2023



Fonte: elaboração própria com base nos dados de MDIC (2024).

O Gráfico 2 mostra a participação do Mercosul no comércio exterior do Brasil no período 2000-2023. É possível observar que o bloco representou aproximadamente 15% das exportações e importações do Brasil em 2000, mas em 2023 passou a representar apenas 6%. Dessa forma, apesar de o volume das exportações e importações terem se mantido razoavelmente estáveis, conforme observado no Gráfico 1, o bloco perdeu importância relativa no comércio exterior do Brasil.

A evolução deste indicador é um problema porque ele sinaliza para um menor grau de vinculação econômica entre os países do bloco, que atualmente mantêm relações comerciais preferencialmente com atores externos. Além disso, este também pode ser um indicador de que a pauta produtiva dos países membros do Mercosul se tornou menos complementar, o que se atribui ao peso das exportações de bens primários nas exportações nacionais, especialmente à reprimarização da pauta brasileira. Nesse sentido, vale conferir dados do comércio exterior brasileiro com outros parceiros relevantes.

Gráfico 3 — Importações do Brasil oriundas de China, EUA e UE, de 2000 a 2023, em bilhões de dólares estadunidenses

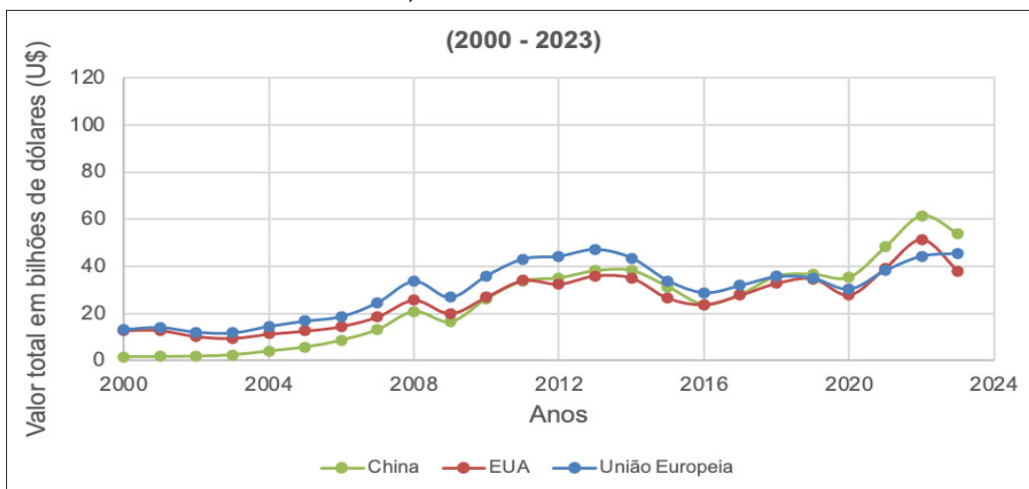
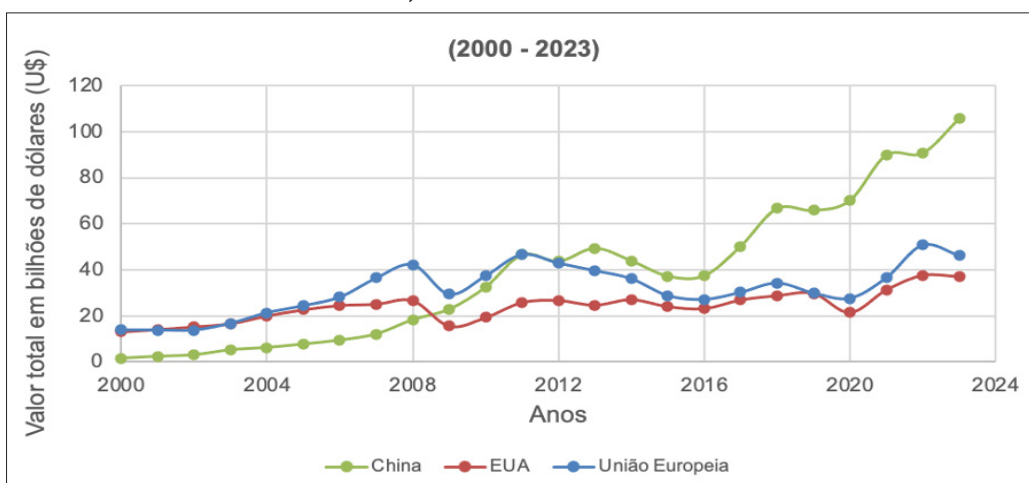


Gráfico 4 — Exportações do Brasil para China, EUA e UE, de 2000 a 2023, em bilhões de dólares estadunidenses



Fonte: elaboração própria com base nos dados de MDIC (2024).

Os Gráficos 3 e 4 mostram a evolução do comércio do Brasil com a China, os Estados Unidos e a União Europeia. É possível observar que as importações brasileiras dos três sócios aumentaram entre 2000 e 2023. No entanto, houve reposicionamento entre os maiores sócios comerciais do Brasil que, no caso das importações, deixou de ser os Estados Unidos e passou a ser a China a partir de 2019, conforme o Gráfico 3. A mesma tendência se verifica nas exportações (vide Gráfico 4), mas com um descolamento maior da China em relação aos outros sócios. Neste sentido, as exportações para os Estados Unidos e a União Europeia aumentaram consideravelmente no período analisado, mas em uma proporção significativamente inferior às exportações brasileiras para a China, que se converteu na maior sócia comercial do Brasil em volume de bens.

Dessa forma, é possível inferir que o aumento expressivo das exportações brasileiras para a China ocorreram vis-a-vis à diminuição do comércio Brasil-Argentina ao longo do século XXI, levando a uma perda de importância relativa do Mercosul no comércio exterior do Brasil. Os indicadores comerciais sinalizam que, do ponto de vista da política externa brasileira, o bloco possui um potencial de contrapeso menor em relação ao começo dos anos 2000, dificultando alcançar a condição de autonomia do Brasil frente às grandes potências, conforme previsto por Guimarães.

Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Mercosul nas últimas décadas, o bloco ainda é um destino importante do ponto de vista da exportação de bens manufaturados pelo Brasil. O Quadro 1 mostra os principais produtos exportados e importados pelo Brasil em relação ao Mercosul.

Quadro 1 — Principais produtos do comércio exterior do Brasil com demais países do Mercosul em 2023

Principais produtos exportados (2023)	Principais produtos importados (2023)
Soja (8,9%)	Veículos automotores de carga (15%)
Partes e acessórios de veículos automotores (8,6%)	Veículos automotores de passageiros (13%)
Veículos automotores de passageiros (7,5%)	Energia elétrica (6,2%)
Demais produtos da indústria de transformação (4,1%)	Trigo e centeio não moídos (5,8%)
Minério de ferro e seus concentrados (3,1%)	Petróleo cru (5%)

Fonte: elaboração própria com base nos dados de MDIC (2024).

Os dados do Quadro 1 nos permitem afirmar que os principais produtos do comércio Brasil-Mercosul em 2023 são bens manufaturados, com grande destaque para a indústria automobilística. O conteúdo exportado para os países vizinhos contrasta com o vendido pelo Brasil para a União Europeia e para a China, em 2023. No caso da primeira, os principais produtos foram petróleo cru (21%), farelo de soja (11%), café não torrado (7,3%) e soja (6,2%); e, para a China, soja (37%), petróleo cru (19%), minério de ferro (19%) e carne bovina (5,5%). Já para os Estados Unidos, a pauta de exportação foi um pouco mais diversificada em 2023, pois além do petróleo cru (13%), incluiu também aeronaves e outros equipamentos (5,3%) e ligas de ferro (4,6%) (MDIC, 2024). Neste sentido, o Mercosul é estratégico pois absorve majoritariamente produtos manufaturados do Brasil, fomentando a diversificação da pauta produtiva brasileira a partir da complementaridade com os países membros do bloco, especialmente com a Argentina.

Por outro lado, quando as exportações brasileiras são desagregadas pelo porte da empresa exportadora e pelo destino da exportação, as micro e pequenas empresas (MPE) do país possuem uma pauta mais diversificada e homogeneamente distribuída em termo de destino das exportações em 2017 se comparadas às empresas de médio e grande porte (Fonseca, 2018). Para as MPE, o Mercosul ocupou a proporção maior (21%), mas ainda assim semelhante à União Europeia (18%), aos Estados Unidos e ao Canadá (20,1%). Para as maiores empresas, o Mercosul ocupou apenas 10,9%, o que significou a segunda menor proporção dentre as agrupações selecionadas por Fonseca (2018) e a segunda maior diferença, logo após a comparação entre os 34,4% para Ásia-Pacífico pelas maiores empresas e os 12,6% das MPE àquele destino.

Além disso, ao longo do período de 2009 a 2017, o Mercosul oscilou entre 19 e 21% na participação dos destinos das exportações das micro e pequenas empresas, como também nota-se o crescimento das exportações rumo aos demais países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com os quais o Mercosul mantém acordos econômico-comerciais (Fonseca, 2018). Contudo, do ponto de vista externo amplo, o comércio do Mercosul com sócios extrazona é marcado fundamentalmente pelos produtos primários, conforme se verifica no Quadro 2.

Quadro 2 — Principais produtos do comércio extrazona do Mercosul em março de 2023

Principais produtos exportados	Principais produtos importados
Petróleo	Óleo diesel
Minério de ferro e seus concentrados	Petróleo
Soja	Produtos imunológicos
Açúcar	Motor e suas partes
Milho	Células fotovoltaicas

Fonte: elaboração própria com base nos dados do SECEM (2024).

Portanto, há uma discrepância entre os produtos que o Brasil exporta para o Mercosul e os que o bloco exporta para os demais parceiros comerciais, majoritariamente produtos primários. Com base nos dados, é possível afirmar que a indústria brasileira possui relativa competitividade dentro do bloco e interessa mais às empresas de menor porte que às maiores. Contudo, tendo em vista o perfil primário da pauta produtiva dos países do Mercosul, é possível concluir que o bloco tem importantes limitações no fomento à produção industrial e à complementaridade econômica entre os países membros, fenômeno bastante agravado pela “desindustrialização prematura” da economia brasileira (Palma, 2019).

3.2. Visão de Mercosul e dificuldades da integração regional entre Estados assimétricos

A respeito da integração regional, para Guimarães (2013, p. 106) “A integração entre Estados e economias na América do Sul pode ser econômica, política e social”. Em sua visão, a integração puramente comercial entre Estados extremamente assimétricos gera um ciclo vicioso, em que os mais industrializados tendem a atrair mais investimentos produtivos, gerando empresas com maior escala de produção, que adquirem vantagens competitivas perante as empresas dos vizinhos menores, produzindo desequilíbrios comerciais e tensões políticas que afetam a continuidade do processo de integração regional (Guimarães, 2006; 2012; 2013). Essa é a principal fraqueza que o diplomata analisa no Mercosul. “A causa desses desequilíbrios, que levam a tensões políticas, pode ser sanada caso se reduzam as assimetrias e deficiências de infraestrutura entre as regiões e os Estados [...]” (Guimarães, 2012, p. 8).

Desde a época do governo Collor (1990-1992), Guimarães foi crítico ao comumente chamado regionalismo aberto. Para o diplomata, o Mercosul “não foi concebido para ser um organismo de promoção do desenvolvimento econômico nem de cada Estado isolado nem deles em conjunto” (Guimarães, 2012, p. 13). Enquanto expressar essa visão de integração regional, o bloco “constitui-se, assim, em um instrumento de *lock-in* (de ‘trancamento’), a níveis baixos, da política geral de redução de tarifas e barreiras não tarifárias, de características multilaterais” (Guimarães, 2002, p. 131).

Retomando sua proposta original de integração regional, quando das suas primeiras tratativas com os próceres argentinos, insiste que o Mercosul deve avançar na integração produtiva, em especial com políticas industriais e de serviços regionais (Guimarães, 2002; 2006; 2012; 2013). Nesse sentido, assevera que as assimetrias entre os Estados são observadas na fragmentação das estruturas produtivas industriais, situação agravada pela presença das “megaempresas multinacionais”, pela expansão unilateral de empresas brasileiras em direção às economias dos países vizinhos e pela pequena densidade e ineficiência logística. Enquanto um exemplo de uma iniciativa bem sucedida de integração industrial, Guimarães (2013, p. 109) cita “[...] o comércio de produtos automotivos no âmbito do MERCOSUL que permite a diversificação (em vez da concentração) geográfica das unidades de produção e a expansão do comércio industrial entre os países membros”.

Associada à profunda assimetria entre os Estados membros, que considera a característica central do Mercosul, segundo o diplomata “uma das mais graves características da América do Sul, talvez a principal, sejam as disparidades sociais alimentadas por mecanismos tradicionais e modernos de concentração de poder econômico e político” (Guimarães, 2013, p. 112). Em sua visão de integração regional e de desenvolvimento socioeconômico, o grau extremo da desigualdade regional “[...] faz com que o desenvolvimento do setor industrial (que é urbano) seja estratégico para a geração de empregos e, portanto, para a redução da pobreza, a estabilidade e o progresso social” (Guimarães, 2012, p. 3). Também destaca o papel fundamental da integração da infraestrutura regional para “[...] criar condições dignas de vida para a maioria da população a longo prazo” (Guimarães, 2012, p. 3).

Partindo de um método de planejamento estratégico, além da análise das fraquezas de uma integração orientada pelo regionalismo aberto, substanciada com seu compromisso normativo com a redução das desigualdades entre Estados membros do Mercosul, entre as regiões domésticas e entre cidadãos e cidadãos desses Estados, o diplomata “autonomista” também apresenta um amplo conjunto de políticas para que o processo de integração regional seja um meio para alcançar a condição de autonomia na estrutura hierárquica do sistema internacional. Como não concebe economia e política de maneira pura ou indissociada e tampouco reduz o sentido econômico ao comercial, as propostas encaminhadas por Guimarães, inclusive enquanto estava como Alto Representante-Geral do Mercosul (2011-2012), estão direcionadas a ações creditícias/financeiras, comerciais, regulatórias, burocráticas e científico-investigativas (Guimarães, 2006; 2012).

Ao sair do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul, recomendou que fosse criado um fundo para socializar as receitas extraordinárias do setor primário exportador em projetos de industrialização (Guimarães, 2012). Também recomendou expandir os recursos para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que considera insuficientes para atingir o objetivo de integrar a infraestrutura e diminuir as assimetrias regionais (desde então a cerca de apenas 100 milhões de dólares estadunidenses por ano, excluindo as contribuições da Venezuela). Nesse mesmo sentido, recomendou engajar os ministérios dos países membros no programa do Mercosul por meio da criação de fundos setoriais, com uma dotação orçamentária mínima de 1 milhão de dólares estadunidenses anuais inicialmente, que deveriam corresponder a cada ministério.

Além disso, demandou que os governos brasileiro e argentino contribuissem de acordo com seus pesos econômicos ao orçamento da Secretaria da organização regional, sem demandar uma quantidade de cargos proporcional a essa contribuição. Nesse sentido, a expansão dos países membros do Mercosul também ajudaria na ampliação dos recursos disponíveis para o FOCEM, o que, por sua vez, reduziria as tensões políticas entre os membros e impulsionaria a aceleração do processo de integração regional. Todas essas políticas visam a uma redução das assimetrias, o fomento a políticas industriais e de serviços ativos e a promoção da integração multidimensional, e deveriam, segundo ele, ser compostas por contribuições assimétricas de acordo com o peso econômico de cada Estado membro no produto interno bruto do Mercosul.

Além de medidas para redução das assimetrias regionais, também orientou que fossem desenvolvidas condições institucionais que permitissem políticas industriais em cada Estado membro, que fossem negociados no âmbito do Mercosul acordos industriais semelhantes ao acordo automotivo, que evitassem o desvio do comércio internacional para países não-membros do Mercosul e que fosse promovida a harmonização da legislação das políticas econômicas (fiscal, financeira, de crédito, trabalhista, previdenciária, cambial, monetária, etc.) (Guimarães, 2012; 2013). Também propôs autorizar o acesso das empresas de países membros do Mercosul aos organismos de financiamento dos membros, pensando em um papel mais ativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na integração. Por fim, no seu entendimento:

[...] a estratégia dos países que integram o MERCOSUL – em contraposição não explícita à [estratégia] americana – reconhece a necessidade de ação do Estado para reduzir as disparidades sociais, para promover a aceleração do desenvolvimento, para fortalecer o capital nacional, para explorar de forma correta os recursos naturais, para desenvolver a indústria e gerar emprego em um mundo em profunda crise econômica e transformação estrutural [...] (Guimarães, 2013, p. 113).

A análise dos dados de comércio Brasil-Mercosul nos permite afirmar que, conforme previsto por Guimarães (2013), a indústria automobilística tornou-se o setor, dentre o segmento de bens manufaturados, com maior grau de complementaridade entre os países do Mercosul, o que se atribui especialmente ao eixo Brasil-Argentina por serem as economias mais industrializadas do bloco. No entanto, apesar do peso desta indústria no comércio intra-bloco, o comércio com países externos é pautado por bens primários, evidenciando uma assimetria nos termos de troca entre o bloco e as outras regiões, como a União Europeia e a China. Dessa forma, é essencial que os países membros do Mercosul avancem na definição de políticas industriais mais robustas, assim como na adequada harmonização entre as legislações de políticas macroeconômicas para tornar o bloco mais competitivo no âmbito externo.

Dessa forma, os dados nos permitem concluir que os desafios de coordenação entre os membros do Mercosul têm aberto brechas para o fortalecimento do comércio exterior entre os países e sócios extra-zona, sobretudo com a China. Apesar do volume de comércio Brasil-Mercosul não ter diminuído consideravelmente, o bloco tornou-se menos participativo no comércio total do Brasil no período 2000-2023. No entanto, o Mercosul permanece como um destino privilegiado de bens manufaturados do Brasil, enquanto o comércio entre o Brasil e a União Europeia e com a China concentra-se majoritariamente em bens de menor valor agregado. Assim, é possível afirmar que os desafios discutidos por Guimarães sobre o funcionamento do Mercosul e a posição periférica dos países no sistema internacional permanecem vivos nas relações econômicas, políticas e sociais entre os países membros, ainda que permeados por questões mais recentes das relações internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da autonomia é uma teoria crítica que parte de uma reinterpretação da estrutura do sistema internacional e da formação das sociedades periféricas, propondo meios para a superação do *status quo*. Para os autonomistas, a estrutura do sistema internacional é predominantemente hierárquica e os Estados e regiões periféricas estão em um lugar dependente ou dominado nessa estrutura. Autonomia, nesse sentido, seria um lugar na estrutura do sistema internacional em que seus efeitos adversos são abrandados. Na teoria autonomista a integração regional deve ser multidimensional e tornar-se um instrumento para a região alcançar a condição de autonomia no sistema internacional quando aumenta a viabilidade nacional, a permissibilidade internacional e a autonomia técnico-empresarial dos Estados membros que, juntas, causariam a superação do subdesenvolvimento e da dependência.

Os dados empíricos do comércio exterior brasileiro indicam que o Mercosul é um dos principais destinos das exportações de manufaturados e dos investimentos brasileiros no exterior, além do bloco regional ser um dos nossos principais parceiros comerciais no globo. Nesse sentido, o Mercosul é estratégico para o Brasil alcançar a condição de autonomia na estrutura hierárquica no sistema internacional, pois fomenta nossa autonomia técnico-empresarial, viabilidade nacional e permissibilidade internacional. Os dados do comércio exterior brasileiro evidenciam o instrumento potente que o Mercosul pode ser e é para a redução das desigualdades, na medida em que é importante para micro e pequenas empresas industriais, geradoras de produtos com valor agregado e intensivas em trabalho formal qualificado.

Entre 2000 e 2008 os dados indicam uma duplicação do volume de comércio entre o Brasil e os Estados membros, atingindo uma estagnação a partir de 2012. Do ponto de vista relativo, porém, o comércio com o Mercosul vem perdendo importância desde o ano 2000, partindo de cerca de 15% e diminuindo até cerca de 6% do total, possivelmente indicando uma

menor complementaridade entre as estruturas produtivas dos países membros que vem se reprimizando. O cenário é mais crítico no recorte das médias e grandes empresas exportadoras brasileiras.

Partindo da teoria da autonomia, Guimarães identifica um ciclo vicioso em um processo de integração regional puramente comercial entre Estados extremamente assimétricos, em que os mais poderosos tendem a obter mais ganhos e essa disparidade gera tensões políticas que impedem o avanço do processo de integração. Com um foco na redução das assimetrias regionais, a principal fraqueza do Mercosul na sua análise, recomendou a ampliação assimétrica do recursos do FOCEM de acordo com o peso econômico de cada país membros e a criação de fundos setoriais com dotação orçamentária mínima e, retomando sua proposta original para o Mercosul, de um fundo para socializar as receitas extraordinárias do setor primário-exportador para projetos de integração produtiva industrial e de serviços.

Também recomendou o desenvolvimento de condições institucionais nos Estados membros que permitam políticas industriais, como o acordo automotivo no Mercosul, e a harmonização das legislações de políticas econômicas, permitindo, inclusive, o acesso das empresas regionais aos mecanismos de financiamento dos Estados membros, como o BNDES. Em suma, propõe uma estratégia de integração regional com participação ativa do Estado no desenvolvimento socioeconômico com foco na redução das desigualdades regionais. Porém, os dados empíricos demonstram que, tal como alertou Guimarães, o comércio do bloco foi desviado para parceiros extra-zona, em particular para a China, reforçando o lugar periférico dos Estados membros na estrutura do sistema internacional

Finalmente, então, qual a importância do Mercosul para o Brasil? Essa pergunta de pesquisa nos moveu em função dos contornos singulares no cenário de perda de espaço no comércio exterior do Brasil nas últimas duas décadas. O pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães, lastreado na teoria da autonomia, reafirma essa importância se a autonomia política está em questão, e não só. No entanto, não é toda concepção de integração regional levada a cabo no Mercosul que o torna meio para o alcance dessa autonomia. As tensões políticas estão diretamente vinculadas às desigualdades nos mais variados campos. E essas assimetrias são grandes barreiras à autonomia. A concepção de integração regional de Guimarães não ignora as tensões políticas em torno da distribuição de ganhos e benefícios, tampouco as assimetrias prévias à integração. Assim, amparado na teoria e no levantamento de dados, reafirmamos nosso argumento de que o Mercosul segue sendo para o Brasil um mecanismo de alcance de autonomia sob as tensões intrínsecas à concepção, como formulado por Guimarães.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lucas Dybax de; BITTENCOURT, Maurício Vaz Lobo. Análise do comércio intra-industrial entre Brasil e integrantes do Mercosul em anos recentes. *Revista paranaense de desenvolvimento*, v. 42, n. 141, p. 21-40, 2021.
- BRICEÑO-RUIZ, José. Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto. Su relación con el regionalismo en América Latina. *Cuadernos sobre relaciones internacionales, regionalismo y desarrollo*, v. 9, n. 18, p. 9-41, jul.-dez. 2014.
- BRICEÑO-RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro. La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. *Estudios internacionales*, v. 186, p. 39-72, 2017.
- ESTRE, Felipe Bernardo. Hierarquia organizacional: uma crítica de poder e interdependência. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 8, n. 1, p. 198- 214, 2019.
- FONSECA, Paulo Jorge de Paiva. *As micro e pequenas empresas na exportação brasileira: Brasil: 2009-2017*. Brasília: SEBRAE, 2018.
- GRANATO, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. *Oikos*, v. 13, n. 2, 2014.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2002.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: reflexões sobre a política internacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Relatório ao conselho de ministros*. [S.l.]: MERCOSUL, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/relatorio-ao-conselho-de-ministros>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios Internacionales*, v. 12, n. 46, p. 91-130, 1979.
- JAGUARIBE, Hélio. Prefácio. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Quarta edição. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2002.

- JAGUARIBE, Hélio et al. Dependencia y autonomía en América Latina. In: **La dependencia político-económica de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- MALAMUD, Andrés. Entrevista com Andrés Malamud: desintegração regional — o fenômeno e seus impactos na América do Sul. **Agenda política**, v. 8, n. 3, 2020. Entrevistado por Lis Barreto. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/509>. Acesso em: 13 mai. 2024.
- MÍGUEZ, Maria Cecilia. *Autonomy in Foreign Policy: A Latin American Contribution to International Relations Theory*. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. Oxford University, 2021.
- PALMA, José Gabriel. Desindustrialización, desindustrialización “prematura” y “síndrome holandés”. **El Trimestre Económico**, v. 86, n. 344, 2019. Disponível em: <https://www.eltrimestreeconomico.com.mx/index.php/te/article/view/970>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- PAIKIN, Damián. La política exterior de la Argentina contemporánea: entre la búsqueda de autonomía y la aceptación del lugar subordinado. **Anuario latinoamericano ciencias políticas y relaciones internacionales**, v. 14, p. 151-168, 2022. Disponível em: doi.org/10.17951/al.2022.14.151-168.
- PERROTTA, Daniela Vanesa. El campo de estudios de la integración regional y su aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina. **Relaciones internacionales**, n. 38, p. 9-39, jun. 2018. Disponível em: doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2018.38.001.
- PESSOA, Luan Olliveira. **As relações externas mercosulinas e o Alto Representante-Geral do Mercosul**. Salvador. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32167>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- PINHEIRO, Letícia; LIMA, Maria Regina Soares de. Between Autonomy and Dependency: the Place of Agency in Brazilian Foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 3, 2018.
- PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1980.
- PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. **Integración Latinoamericana**, v. 11, n. 109, p. 40-62, 1986.
- SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural internacional**, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010. Disponível em: doi.org/10.12957/rmi.2010.5285.
- SECEM. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul**. Mercusur, sem data. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/?language=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.
- TICKNER, Arlene B. *Autonomy and Latin American International Relations Thinking*. In: Dominguez, J. I.; Covarrubias, A. (Eds.) **Routledge Handbook of Latin America in the World**. London: Routledge, 2015.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: UNESP, 2011.
- VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Pensamento brasileiro e integração regional. **Contexto internacional**, v. 32, n. 2, 2010. Disponível em: doi.org/10.1590/S0102-85292010000200006.